

Pluralidade jornalística como efeito (pretendido) e ação (política): a renovação das fontes de informação como demanda contemporânea para a formação em Jornalismo*

Rafael Schoenherr[†]

Índice

1 Farejadores de um campo necessariamente polêmico	3
2 Fontes que não mais se esgotam...	5
3 'Professor, fiquei sem fonte!'	7
4 Fontes como problema e possibilidade de outro jornalismo	10
5 Referências Bibliográficas	11

Resumo

Este artigo pretende discutir ou propor a pluralidade como elemento basilar da atividade jornalística necessariamente articulada a um determinado *arranjo* das fontes e como postura estratégica a ser explorada desde o âmbito universitário de formação (e experimentação) em Jornalismo, em seus respectivos produtos laboratoriais, atividades disciplinares e de pesquisa. Interessa pensar a

*Este artigo deriva de reflexão originalmente e parcialmente apresentada no VI Encontro Paranaense de Pesquisa em Jornalismo, em 2008.

[†]Jornalista graduado pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, mestre em Ciências da Comunicação pela Unisinos/RS e professor do curso de Jornalismo da UEPG. rafael.schoenherr@hotmail.com

pluralidade como efeito desejado na superfície dos materiais jornalísticos (resultante de operações de produção) e como um tipo específico de ação sobre a realidade e diálogo com os atores sociais.

Palavras-chave: pluralidade; fontes de informação; produção laboratorial; projetos experimentais; formação superior em jornalismo; estratégias jornalísticas.

Abstract

This article presents a discussion about plurality as basic character of journalistic practice which is necessarily articulated to certain arrangement of sources and as a strategic posture to be explored since the Journalism Scholars, on its laboratorial products, activities of classes and research. The interest is to think about plurality as desired effect on the surface of journalism subject (that is resulted of operation production) and as specific type of action on reality and dialogue with social actors.

Key words: plurality, research of information, laboratorial products, experimental works, journalism training; journalistic strategies.

O jornal *arranja* suas fontes. A afirmação alimenta-se de outra, que assemelha o trabalho jornalístico a uma “sala dos passos perdidos” (Mouillaud, 2002, p. 117), como grandes *halls* de estações de trem e aeroportos (“onde se caminha e se espera, a ‘passos perdidos’”). A expressão *arranjo de fontes* sinaliza para duas indissociáveis operações habituais do jornal na e sobre a realidade: procura, descobre, estuda, seleciona, acessa as fontes de informação; e as cita, refere, identifica, incorpora, contesta, hierarquiza, polemiza, espacializa, isto é, as dispõe reorganizadas ao mundo leitor.

A partir dessa percepção, este artigo pretende discutir ou propor a pluralidade como elemento basilar da atividade jornalística necessariamente articulada a um determinado *arranjo* das fontes e como postura estratégica a ser explorada desde o âmbito universitário de formação (e experimentação) em Jornalismo, em seus respectivos produtos laboratoriais, atividades disciplinares e de pesquisa experimental¹. Interessa pensar a pluralidade como efeito desejado na superfície dos materiais jornalísticos (resultante de determinadas operações de produção) e como um tipo específico de ação sobre a realidade que vai buscar as fontes.

Pretende-se contribuir minimamente (nas evidentes limitações de uma entrada pontual em debate tão amplo sobre valor jor-

¹ O modo consolidado nos currículos de Jornalismo no Brasil de se realizar uma primeira aproximação do método de pesquisa é por meio dos Trabalhos de Conclusão de Curso ou Projetos Experimentais em Jornalismo. Existem variações no encaminhamento de tais atividades dependendo da instituição, mas em geral os resultados configuram monografia e/ou um produto jornalístico, durante os últimos períodos do curso.

nalístico abordado em estudos, comentários e manuais de jornalismo) para o debate de perspectivas de atuação, ensino e aprendizagem jornalística desde o espaço universitário de formação profissional. Procura-se aqui levantar possíveis orientações teóricas sobre o trabalho jornalístico com fontes de informação que melhor interessem justamente a um novo posicionamento desse espaço preferencial e institucionalizado de testes, ensaios e reflexões que é o âmbito da formação superior em Jornalismo. Em tese, as produções laboratoriais, as discussões curriculares e atividades de pesquisa experimental estão melhor ‘protegidas’ das coerções político-econômicas de mercado que inibiriam, ou ao menos não estimulariam de modo reflexivo, o questionamento da habitual utilização preponderante das fontes oficiais nas peças jornalísticas – para tomar um aspecto da questão.

Entende-se que as transformações de sociedade e do jornalismo geram uma expectativa por novas competências no reconhecimento, ou tipificação (Berger & Luckman, 2009), no tratamento e na hierarquização das fontes de informação. Há demanda, assim, por uma ética que melhor oriente a articulação do jornal ao tecido social, de modo a respeitar um novo quadro de organização societária – que não mais corresponde ao pano de fundo da origem do jornalismo, nem mesmo de seu desenvolvimento moderno, de meados do século XIX (Guerra, 2003).

O artigo estende-se então sobre o necessário tensionamento (no sentido de que se revela bem mais como tensão do que mera intenção) de um valor básico de conceituação do jornalismo desde o ambiente acadêmico e de efetivação das práticas jornalísticas no mercado profissional. Para

isso, reúne possíveis aproveitamentos das discussões sobre o papel das fontes no jornalismo e na produção de pluralidade. Em segundo plano, busca-se melhor identificar essa demanda por reflexão, debates, experimentação e formação para o desempenho profissional responsável contemporâneo a partir das escolas de jornalismo.

1 Farejadores de um campo necessariamente polêmico

“E se todos aqui forem a favor do prefeito Beto Richa² e decidirmos fazer um jornal pró-Beto Richa?”, pergunta um estudante de jornalismo ao professor no primeiro dia de aula de jornal-laboratório. A resposta básica é de que isso não seria jornalismo. Ao menos quando se tem por base um tipo de jornal que se consolidou historicamente e se ajusta à imagem de um quarto de ecos ou a um concerto de vozes, como sugere Mouillaud (2002, p. 117). A imprensa-eco corresponde a um lugar e uma função específicos da imprensa na sociedade, diferente de outros modelos também lembrados brevemente pelo autor, como o jornal-tribuna e o jornal-órgão ou imprensa militante. Em suma, a relação entre a fala do jornal e outras falas dos campos sociais modificou-se com a mudança do lugar e da função da imprensa ao longo dos séculos (Ibid.).

A observação é pertinente por lembrar que é a partir de um certo patamar na evolução da imprensa que se permite cobrar, nas mais variadas formas, a pluralidade jornalística como um fator de credibilidade, isenção ou convencimento frente os se-

² Prefeito de Curitiba à época.

tores interessados nos jornais. A invenção, conquista e presença contemporânea do jornal como orquestrador das infindáveis vozes sociais torna basilar o valor da pluralidade no tratamento dos acontecimentos e o funcionamento das rotinas produtivas com base na consulta regular a fontes de informação. Costuma-se dizer que “Un medio sin fuentes es un medio muerto” (Fontcuberta, 1993, p. 58). Tanto é que a presença de fontes explícitas no texto de jornal não raras vezes vira parâmetro para apreciações – e até mesmo para se dizer se é jornalismo, assessoria ou coisa parecida.

Além disso, é possível ao leitor visualizar que espécie de jornal consome (e fazer distinção ou comparações com a concorrência) pelas fontes que o produto mobiliza. Isso quer dizer que a relação entre a fala do jornal e as outras falas de sociedade não somente mudam em relação à história, mas também conforme o tipo de imprensa (Ibid., p. 117-118). Nessa ótica, jornais com perfis distintos operam diferentemente as fontes ainda que seja idêntico o fato gerador ou a ocorrência do mundo fenomênico. De modo semelhante ao efeito distinto de uma música sob vários arranjos...

E é justamente no âmbito da graduação em Jornalismo onde ocorrem constantes propostas de contrastes em relação à “grande mídia” ou se formulam inovações frente a modelos consolidados do mercado, seja por complementação de serviços ou pela identificação de demandas ainda não conformadas de informação. Tais intenções se evidenciam não raras vezes nas práticas de jornais-laboratório e de projeto experimental, onde se sinaliza para uma certa tendência de criticidade, ainda que os critérios de tal comportamento crítico não estejam devidamente

ou suficientemente expressos e organizados nos TCCs (Schoenherr; Stancki, 2008) – tal como em comentários gerais de cobrança dispersa de qualidade sobre a mídia. Em outro momento propusemos que a pertinência de produtos como resultado final de trabalhos de conclusão de curso esteja orientada pelo necessário trabalhar de conceitos operacionais dentro do jornalismo (Schoenherr, 2008). Dentre eles certamente deve estar a pluralidade jornalística.

Diante do desafio e das limitações mais visíveis das organizações jornalísticas em respaldarem-se amplamente e promoverem efetivamente em regime diário a pluralidade jornalística na cobertura dos fatos no Brasil, por diferentes motivos e restrições históricas de variadas ordens, além das variáveis regionais e de eventuais atribuições de competências, é razoável que se espere de outras instituições afins, como a universidade, propostas formativas capazes de uma outra compreensão do processo de mobilização de fontes.

Em alguma medida, o espaço acadêmico, via sistematização de processos reflexivos variados, vai então buscar responder a uma espécie de demanda por qualificação jornalística – cujo desenvolvimento perpassa, acredita-se, a questão da pluralidade jornalística como eixo central da atividade profissional, principalmente mediante transformações sociais e tecnológicas recentes. A essa espécie de segundo cenário ou ambiente Fausto Neto (2009) chama de “mídia-tização”, em contraposição à “sociedade dos meios”.

Nesse sentido, uma perspectiva plural na cobertura jornalística pode balizar desenvolvimentos teóricos e explorações nas produções laboratoriais e experimentais de

graduação – com vistas a até mesmo fomentar técnicas e conhecimentos que possam responder a demandas da realidade profissional. Seriam aí sondadas e testadas práticas e operações que conduzam a um tipo de trabalho jornalístico que potencialize a relação com os múltiplos interesses e atores sociais que perfazem um acontecimento noticioso.

Essa demanda de um investimento nas bases plurais do fazer jornalístico também se justifica pelas transformações tecnológicas e da ordem da oferta discursiva midiática contemporânea, marcada pela concorrência de lugares de fala ou pela polarização e pulverização das falas (Resende, 2007, p. 4), situação que não necessariamente conduz à geração de diferença, o que passa a ser uma questão política urgente (na medida em que as regulações das diferenças se fazem em muito nas falas da mídia)³. A realização, no Brasil, em fins de 2009, da primeira Conferência Nacional de Comunicação (Confe-com) é sintomática nesse sentido.

Daí em diante, seria preciso se movimentar, então, do objeto da fala midiática em direção à fala do objeto.

³ Talvez esse fenômeno que atinge escalas inéditas com a difusão da rede mundial de computadores tenha alguma correlação (em termos de efeito político) com a preocupação de Wolton (1996) sobre o crescimento da TV segmentada na Europa e o tensionamento do papel da TV generalista, responsável pela produção de um repertório ‘em comum’ nas sociedades. Outro tipo de preocupação pública com o salto quantitativo no acesso ao espaço público mediante novas tecnologias de comunicação e o que isso representa para a democracia se evidencia na polêmica sobre confiabilidade das informações de blogs e demais espaços menos tradicionais da web ou de ‘amadores’. Para uma visão alarmante nesse sentido, conferir Keen (2009).

A dimensão do estético no político, que busco aqui ressaltar, diz da necessidade de escutarmos / ler-mos a fala do objeto. Quando a notícia vira uma mercadoria pós-industrial, não basta sabermos do que se passa nas favelas, mas também do modo que sobre elas se falam, instâncias nas quais várias vozes e vários sentidos podem, por vezes, se revelar (Ibid., p. 15).

Essa atenção aos modos de narrar no velamento e na produção das diferenças em meio à polarização e profusão dos lugares de fala que marcam a cultura midiática contemporânea pode ser entendida como extensão pertinente e atualizada das preocupações de Walter Benjamin (1991), que já diante do fenômeno da reprodutibilidade técnica sinalizava para o fato de que tendência política e competência técnica seriam indissociáveis a partir de então – o que firma a tese do “autor como produtor”. Apresentada em 1934, a idéia ressaltava que não há mudança política descolada de uma forma competente de atuação tecnológica (inserida no fenômeno da reprodutibilidade técnica). A transformação política passa pela transformação ou reinvenção da técnica.

Outro possível aproveitamento da discussão de Resende (2007) que cabe pelo momento apenas sinalizar para a compreensão da pluralidade jornalística é de que tal valor não se mede tão somente pela presença de variados sujeitos empíricos no material noticioso. Existe algo da ordem da forma, do modo como a fala midiática se coloca que também age politicamente. E essa forma com que se fala do real compreende uma es-

tratégia de reconhecimento e acionamento de fontes de informação, entre outras variáveis.

No entanto, no caso do jornalismo, a técnica de tratamento das fontes (ou o *arranjo* da peça) lida com uma contingência organizacional (de mercado) e aciona/alimenta uma postura ou posicionamento em relação às instituições e ao universo consumidor, incluindo a concorrência. Categorizações e classificações daí decorrentes, como tipologia de fontes ou critérios de seleção, possuem por desafio operacionalizar o trabalho periódico – criando regularidades – e ao mesmo tempo atentar para as transformações de sociedade (no lugar mesmo onde atuam os atores que viram fontes). Nem tão fluidas a ponto de ‘atrasar’ o trabalho, mas minimamente habilitadoras de transformações nos modos do jornal melhor caminhar por um campo (às vezes minado e) polêmico.

2 Fontes que não mais se esgotam...

Com base no que foi apontado até aqui, é necessário assinalar então que transformações históricas (do lugar e da função social da imprensa) conduziram ao aparecimento das fontes nos jornais e a um modelo de jornal que se presta a *concertar* vozes, ou a *arranjar* diariamente suas fontes. Esse novo dispositivo se vale para tanto de um “sistema de citações” e estratégias variadas que vão relacionar as vozes vindas de outros campos à voz do jornal (Mouillaud, 2002, p. 117).

A isso se acrescenta a informação de que é nesse cenário (de jornalismo industrial e informativo) que se tende a pensar

uma orientação pela pluralidade jornalística – em alguma medida, na esteira do modelo de objetividade. No entanto, acredita-se que a necessária pluralidade jornalística como cobrança de qualidade e compromisso ético/técnico do jornal torna-se um problema agudo (e de preocupação mais ampla na academia e entre os profissionais) mediante tensionamentos contemporâneos recentes, a saber:

- a) A percepção da notícia como construção social da realidade, que se evidencia (até mesmo aos olhos do público, pode-se pensar) e se denuncia no campo de negociações e conflitos com as fontes (Martini, 2000, p. 56), por exemplo. Tal caráter da notícia como construção ganha terreno mediante a insuficiência de um modelo de imprensa como reflexo da realidade para ‘dar conta’ de um tecido social que cresce consideravelmente em complexidade. “A constatação é que a falência do modelo hegemônico (o jornalismo como transcrição neutra do real) tem implicações práticas”, assinala o jornalista e professor Luiz Costa Pereira Jr. (2006, p. 15). Uma delas recai justamente sobre o método de pesquisa jornalística e de trabalho, os procedimentos de verificação na cadeia produtiva do jornal, onde se inclui inevitavelmente a consulta sistemática (e agora plural, espera-se!) a fontes de informação. “Longe de ser abstrato, o debate sobre um jornalismo que não se propõe retrato do real está no centro dos desafios mais significativos da profissão” (Ibid.);
- b) As expectativas sobre uma ação plu-

ral dos meios jornalísticos, a meu ver, inserem-se na perspectiva de Resende (2007) sobre o papel (político) imprescindível socialmente dos narradores midiáticos no velar e revelar das diferenças. O fenômeno que chama de “proliferação e pulverização dos lugares de fala”, em muito derivado das novas tecnologias digitais de comunicação, levaria, então, a uma reconsideração e valorização da “fala do objeto” bem mais do que da presença única de um “objeto da fala” midiática. Nos termos do jornalismo, vale a ressalva de que a tendência de segmentação e a aposta em nichos consumidores e temáticos específicos não conduzem, automaticamente, a uma orientação plural no modo de ler e narrar o mundo;

- c) Decorrente disso, a máxima dos bancos escolares de que o jornalista deve se pautar pelos dois lados de um fato nunca foi tão alegórica e insuficiente para expressar um ambiente de complexidade dos campos sociais e atores potencialmente interessados em se fazer existir e contemplar na produção noticiosa. Se de um lado as redes digitais redispõem o ‘catálogo’ de fontes possíveis para uma cobertura em qualquer jornal, de outro é a própria sociedade que (também na articulação em rede), nos limites e desafios variados, parece encontrar formas singulares de sobrevivência e representação para além dos poderes instituídos e das condições de desigualdade social. A articulação da sociedade civil organizada é correlata a um relativo aumento na possibilidade

dos setores marginalizados em “fazer agenda” (p. 62).

Actualmente, el protagonismo creciente de la sociedad civil permite cada vez más que sectores relegados de la participación política, o bien los que podrían caracterizarse como aquellos individuos ‘sin voz’, muchas veces marcados por la pobreza, vayan apareciendo como fuentes legítimas de información (en la medida en que son protagonistas de acontecimientos que marcan tendencias sociales evidentes o voceros de denuncias) (Martini, 2000, p. 61).

3 ‘Professor, fiquei sem fonte!’

Para compreender nacos de sentido desse reclame (mais do que rebatê-lo, portanto) recorrente em sala no âmbito das produções universitárias, como jornal-laboratório, projetos de extensão e projetos experimentais ou demais formulações e ensaios de inovação por parte dos cursos de graduação em Jornalismo, é necessário considerar primeiramente que *fonte* é um operador básico do regime de trabalho do jornalismo, calcado sobretudo no jornalismo diário. Uma nota redundante, mas pertinente é, então, de que as fontes existem *em relação* ao jornal. Além do mais, o trabalhar das fontes pelo jornal é um dos principais pressupostos da pluralidade jornalística – valor defensável, como visto, na imprensa que ecoa vozes sociais, principalmente a partir do século XIX.

Acessar fontes faz parte da economia do trabalho jornalístico (que busca eficiência

em curtos intervalos de tempo) e vai se dobrar em negociações periódicas variadas. Há um caráter operacional ou mesmo instrumental que não se deve perder de vista. A demanda por fontes nas matérias jornalísticas se justifica pela lógica de produção jornalística, resulta, grosso modo, de um problema mundano de se conseguir acessar a realidade intangível via experiência direta e individualizada.

Si los individuos necesitan de los medios conocer la realidad que excede a la posibilidad de su propia experiencia, de igual manera los periodistas precisam de discursos mediadores de la realidad a la que no pueden acceder personalmente. Esse es el papel de las fuentes, legitimadas por el ‘haber estado allí’, protagonistas o testigos de los acontecimientos o por el conocimiento indirecto pero fiable de lo que ‘realmente’ sucedió. (Martini, 2000, p. 50-51)

Esse funcionamento do jornalismo num perpétuo ‘regime de urgência’ obriga à consulta de fontes e seleção de vozes que vão articular as agendas noticiosas por força do *habitus* (Barros Filho, 2002), por restrições de tempo e espaço inerentes às dinâmicas do jornal. O acesso às fontes, nessa ótica, é em primeira instância uma medida operacional que busca resolver o problema rotineiro (e complexo) de falar do mundo.

Além desse valor testemunhal ao jornal das fontes perante acontecimentos não presenciados ou vivenciados *em direto* pelo jornalista, existem diversas outras contribuições assinaladas na literatura precisa sobre o

tema, como a possibilidade de contar com outro ponto de vista e de complementar os dados (Fontcuberta, 1993, p. 58), ou de fornecer uma compreensão mínima sobre o evento noticiado e conhecer, junto a atores de outros campos, áreas de conhecimento até então nulo ou muito restrito. A presença de fontes aí se justifica por questões operacionais e em grande parte mecânicas de produção (rotinas).

Se o contato com as fontes faz parte da carpintaria ou do trâmite elementar da atividade de um jornal, a ação jornalística (via produto final) vai depender do estado das fontes no universo de atuação do jornal (espaço/tempo de reportagem/cobertura e de circulação). Existe uma correlação entre a economia de construção da informação (fontes) e o perfil de agenda temática (Martini, 2000, p. 50). É carta marcada que a notícia depende em grande medida de onde estão, quem são, o que dizem, sabem e fazem as fontes...

Interessante perceber que esse fator instrumental (em termos de economia de energia, recursos, tempo) – originado e consolidado na realidade do jornalismo industrial, da imprensa diária – vai contaminar em diferentes proporções os demais critérios para seleção e valorização das fontes de informação. Entre os fatores decisivos (Ibid., p. 63-64) podem ser enumerados proximidade do lugar de onde se fazem os fatos; lugar ocupado no espaço público; possibilidade de continuar servindo como fonte; incentivos que oferece; poder de que dispõe; proximidade geográfica e social aos jornalistas; capacidade de fornecer informação adequada – sendo talvez essa última um dos principais requisitos, a capacidade técnica ou competência em prestar informações úteis ao jornalista.

Para regular a entrada de vozes vindas de outros campos sociais o jornal lança mão, então, de (1) critérios sociais (autoridade do ator em seu campo) e (2) da adequação à lógica jornalística, sendo que são parâmetros indissociáveis. Razoável pensar que são critérios menos dogmáticos ou estabelecidos do que parâmetros refeitos em função da ação, na espécie de um conhecimento prático também. Mas desse duplo resulta uma relação freqüente entre a posição social do ator no espaço público e sua posição como fonte no jornal (e as formas como será citado). Uma das críticas que aí se faz é de que, em função dessa similitude posição social/posição como fonte, “Es justamente la jerarquía del poder lo que clasifica y ordena la relación entre las fuentes y los medios” (Ibid, p. 58). Nesse sentido, a proximidade ao poder facilita em *servir como fonte* aos jornais, o que coloca uma saliente tensão e um desafio à pretendida pluralidade jornalística – há o risco de se reproduzir nas páginas (impresas ou eletrônicas) a hierarquia de poder da vida social.

É claro que os apontamentos feitos até aqui não esgotam nem detalham as possibilidades de negociação, os conflitos, a cooperação e os interesses entre fontes e jornalistas. Eles assinalam, por sua vez, para o fato de que a idéia de fonte de informação – e, por tabela, várias tentativas de classificação ou categorização presentes em manuais e trabalhadas em sala de aula – é tributária, em boa medida, das condições espaço-temporais do jornalismo informativo de mercado que tendem, por sua vez, a valorizar o acesso ao mundo do jornal de fontes próximas ao poder instituído.

Agora a declaração inicial de nosso possível estudante que “ficou sem fontes” parece

mais instigante. Se os atores em posições mais altas na hierarquia de poder tendem a um maior acesso como fonte no jornal (até mesmo pela questão de constituírem uma fala autorizada, como se diz), o que há quando algum secretário do poder público local decide não falar ao jovem aprendiz? A angústia do ‘ficar sem fonte’ (e eventualmente perder nota...) revela uma obviedade nem sempre devidamente explorada da relação entre jornal e fontes. O secretário ou representante do poder público nem sempre se presta a falar com um jornal universitário, que às vezes nem circula ou que tem uma inserção bem mais restrita que conceituados periódicos comerciais. Num passe de mágica, o jornal deixa de ser interessante ao poder público! A lógica faz acrobacias, o estudante é que retorna infundáveis ligações implorando uma fala.

Para além das evidentes diferenças de ordem institucional (jornal comercial e espaço de aprendizado) de onde se tenta acessar por vezes os mesmos atores em seus campos de atuação, a experiência das fontes que fogem, ou não demonstram o mesmo interesse quando sabem se tratar de produção laboratorial ou projeto experimental, revela a óbvia *condição relacional em jogo*. A existência das fontes não é decretada ou garantida somente por sua localização e atuação autorizada no campo social de pertencimento. Elas existem em relação ao jornal e a sua respectiva estratégia – e aí também estarão mais ou menos dispostas.

Daí que a operação que o jornal faz das vozes vindas de outros campos seja momento chave de efetuação de uma estratégia, que inclusive situa o jornal no mercado de ofertas discursivas. “As referidas variações estratégicas remetem muito direta-

mente aos fenômenos de concorrência interdiscursiva próprias do campo da discursividade enquanto *mercado* de produção de discurso” (Verón, 2004, p. 245). De tal modo que é possível ler como, a partir do “sistema de citações”, os cortes que o jornal faz no fluxo ininterrupto de informações traduzem falas ou em discurso de citação (que conservam seu *status*) ou em intertextualidade (Mouillaud, 2002, p. 119). “Conforme endosse discursos como informações ou, ao contrário, que deles exponha explicitamente as fontes, o jornal orienta o olhar do leitor, seja em direção a fatos, seja em direção a citações” (Ibid., p. 120-121).

Diante disso é que se pode realmente pensar na pluralidade jornalística como estratégia que reconfigura a triangulação entre fontes de informação, jornalistas e o público – os três elementos vitais de qualquer produção noticiosa (Martini, 2000, p. 48). E essa estratégia comporta determinado *arranjo* de fontes. Não arranjar fonte já denuncia uma estratégia! Ou erro de “cálculo”, na linha da definição de Michel de Certeau (2002). A pluralidade (como um cálculo preciso) não se esgota, nesses termos, no apanhado quantitativo de vozes no jornal ou em um mesmo texto. Ela se expressa simultaneamente como um efeito discursivo e como um modo de organização e negociação das fontes no âmbito produtivo. Além do mais, ela registra então uma marca de ação (política) do jornal sobre a realidade. Em outras poucas palavras, o jogo de fontes faz girar a chave leitora e produtora de mundos pelo jornalismo. Logo, em hipótese, aí reside o potencial de ação política do jornal e seu posicionamento estratégico sobre a realidade.

4 Fontes como problema e possibilidade de outro jornalismo

Com base no que foi discutido, cabe ter em conta a ordem de restrições e de possibilidades na qual está implicada a orientação de pluralidade na produção jornalística contemporânea, dado um aspecto que foi assinalado que é o do escrutínio das possíveis fontes se dar muito em função de sua localização institucional (de poder) – quando o jornal reproduz a hierarquia social – e do necessário enquadramento da fala na economia do trabalho jornalístico usual, de mercado e diário. Ainda assim, seria possível identificar jornais de maior ou menor pluralidade também pelo uso que cada um faz de *suas* fontes e em relação ao cenário em que atuam.

Chama a atenção, no entanto, o fato de que a questão da pluralidade não esteja amplamente pautada ou ao menos identificada em propostas que fogem institucionalmente à alçada padrão do mercado e se queiram minimamente experimentais ou diferenciadas, como é o caso da escola de jornalismo. A princípio, as atividades laboratoriais e de pesquisa serviriam como pertinente campo de testes ou sala de ensaio (como de uma orquestra...) para a experimentação de novos arranjos de fontes e vozes dos variados campos sociais por meio do jornalismo – algumas delas, provavelmente não habituadas a lidar com o aparato jornalístico convencional, inclusive. A cobrança por um número mínimo de fontes citadas em textos de jornal-laboratório e o desdobrar de projetos experimentais sobre setores que “não estão na mídia” não parecem mais, por si, medidas suficientes para dar conta de uma

estratégia basilar do jornalismo e que contemplaria um necessário novo modo de ação capaz de melhor estimular (principalmente nessa *fase de testes*) a procura e produção da diferença. Pois os procedimentos, nas atividades laboratoriais e experimentais na graduação, ao contrário da prática profissional (onde precisam ser automatizados), são reflexivos.

Sugestivamente, pode-se pensar, assim, que pluralidade não é apenas uma isolada questão de confronto narrativo de lados no texto (contra e a favor), mas envolve um direcionamento específico em relação às (novas) fontes, a uma organização jornalística própria (rotinas) e marcas discursivas singulares nos materiais – capazes de indicar ali, ao leitor, um outro narrar do mundo.

As reflexões aqui colocadas se debatem, enfim, com certa percepção de que alguns trabalhos de conclusão de curso e produtos laboratoriais dos cursos de jornalismo são ‘pouco jornalísticos’, efetivamente. Projetos experimentais como vídeos ou propostas editoriais por vezes buscam se justificar tão somente pela abordagem de um público específico ou de um ramo de interesse – e nessa onda de segmentação, alguns produtos não raro se tornam muito mais institucionais e publicitários do que jornalísticos. Sintoma disso é que o trabalho com as fontes raramente aparece rigorosamente descrito e bibliograficamente contemplado ou problematizado.

Busca-se dessa forma levantar aspectos que possam de algum modo orientar novas proposições no âmbito laboratorial, disciplinar e experimental da formação em jornalismo e, porventura, também estimular ou auxiliar a elaboração e reformulação de estratégias de iniciativas jornalísticas preocu-

padas em melhor corresponder à sociedade em sua multiplicidade de falas e atores.

Frente a recente ação do Superior Tribunal Federal (STF) de tornar desnecessária a obrigação da formação superior para o exercício do jornalismo, Fausto Neto (2009) pontua justamente a necessidade das entidades acadêmicas reelaborarem ou fortalecerem uma argumentação de sustentação epistemológica do conhecimento jornalístico – dado o fato de que a profissão não pode se fazer em separado a um saber constituído e um repertório teórico sistematizado dos intrincados processos de mediação.

Talvez a discussão sobre um retrabalhar das fontes de informação a partir do conhecimento dos tensionamentos contemporâneos colocados ao jornalismo seja um dos aspectos que possa auxiliar a justificar o caráter imprescindível da formação superior, na medida em que representa esforço de percepção do que é próprio da atividade profissional e singulariza fazeres, práticas e lógicas do campo. Em última instância, a reflexão sobre escolha e tratamento de fontes comporta uma problematização sobre a sociedade – sua configuração, as relações, disputas, lógicas, interesses, sua organização e, claro, as transformações do espaço público. Trata-se de compreender a construção social da realidade operada pelo jornalismo em sociedades complexas (Gadini, 2007). E uma estratégia de pluralidade jornalística está, em muito, por ser teoricamente repensada e formulada.

5 Referências Bibliográficas

- BARROS FILHO, Clóvis de. *Reflexo de pauta: ética e habitus na produção da notícia*. Revista Contracampo. V. 7. Rio de Janeiro: UFF, 2002.
- BENJAMIN, Walter. O Autor como Produtor. In : KOTHE, Flávio R. *Walter Benjamin*. 2a. ed. São Paulo: Ática, 1991.
- BERGER, Peter; LUCKMAN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 30ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1 artes de fazer*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- FAUSTO NETO, Antonio. Novas exigências de formação. Estudos em Jornalismo e mídia. V. 6, n. 2. Florianópolis: UFSC, 2009.
- GADINI, Sérgio Luiz. Em busca de uma teoria construcionista do jornalismo contemporâneo: a notícia entre uma forma singular de conhecimento e um mecanismo de construção social da realidade. Revista Famecos. N. 33. Porto Alegre: PUC/RS, 2007.
- GUERRA, Josenildo. O Nascimento do jornalismo moderno: uma discussão sobre as competências profissionais, a função e os usos da informação jornalística. Trabalho apresentado no Núcleo de Jornalismo, XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Belo Horizonte/MG, 02 a 06 de setembro de 2003.
- KEEN, Andrew. *O culto do amador: como blogs, MySpace, YouTube e a pirataria*

- digital estão destruindo nossa economia, cultura e valores. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- MARTINI, Stella. *Periodismo, noticia y noticiabilidad*. Buenos Aires: Norma, 2000.
- MOUILLAUD, Maurice. O sistema das citações. In: PORTO, Sérgio Dayrell. *O jornal: da forma ao sentido*. 2^a. ed. Brasília: UNB, 2002.
- PEREIRA JÚNIOR, Luiz Costa. *A Apuração da Notícia*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- RESENDE, Fernando. *O discurso jornalístico no contemporâneo: entre o velamento e a produção das diferenças*. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho “Estudos do Jornalismo”, do XVI Encontro da Compós. Curitiba, 2007.
- SCHOENHERR, Rafael; STANCKI, Rodolfo. *A revolta dos mortos-vivos: possibilidades críticas da mídia sobre a política*. Texto apresentado no XI Seminário de Inverno de Estudos em Comunicação. Ponta Grossa: UEPG, 2008.
- SCHOENHERR, Rafael. Considerações sobre validade de produtos como pesquisa (trabalho de conclusão de curso) em Jornalismo. Texto apresentado no XI Encontro Nacional de Professores de Jornalismo. São Paulo: Mackenzie, 2008.
- TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Insular, 2005.
- VERÓN, Eliseo. Imprensa escrita e teoria dos discursos sociais: produção, recepção, regulação. In: –. *Fragmentos de um tecido*. São Leopoldo: Unisinos, 2004.
- WOLTON, Dominique. *Elogio do grande público: uma teoria crítica da televisão*. São Paulo: Ática, 1996.